

**A. I. N°** - 120457.0037/07-8  
**AUTUADO** - MODULART INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.  
**AUTUANTE** - BENEDITO ANTÔNIO DA SILVEIRA  
**ORIGEM** - INF AZ GUANAMBI  
**INTERNET** - 19.06.08

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0167-04/08

**EMENTA:** ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. DME - DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO DE MICROMEPPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. FALTA DE INFORMAÇÃO DAS ENTRADAS DE MERCADORIAS. MULTA. Infração comprovada com retificação do valor exigido. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 07/09/2007, exige multa totalizando o valor histórico de R\$ 11.429,58, em razão da omissão de entrada de mercadorias no estabelecimento nas Informações Econômico-Fiscais apresentadas através de DME (Declaração de Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte).

O autuado, por meio de representante legal, ingressa com defesa às fls. 19 e 20, com suporte nas seguintes alegações:

Questiona a falta de apresentação das DME's em referência, ressaltando que as mesmas foram apresentadas dentro do prazo legal e posteriormente retificadas, conforme comprovantes em anexo, em consonância com o §8º do artigo 335 do Decreto nº 6.284/97, bem como que o autuante não levou em conta tais declarações retificadoras.

Diante do exposto, propugna pela improcedência do presente Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal, fl. 24, nos seguintes termos:

Afirma que as DME's retificadoras foram apresentadas apenas 22 dias após o término da fiscalização, ou seja, em 21/08/2007, razão pela qual opina pela manutenção da presente ação fiscal em todos os seus termos.

O presente processo foi diligenciado à Infaz de origem, pois tendo em vista que as notas fiscais constantes da planilha de fls. 9 a 11, 14, não constam dos autos, foi solicitado que o autuante procedesse à sua juntada, fornecendo cópia ao contribuinte, e reabrindo-se o prazo de defesa de 30 dias.

Em atendimento ao solicitado, o autuante anexou xérox das notas fiscais do CFAMT, referente aos exercícios de 2004 e de 2006, ocasião em que constatou que a nota fiscal nº 005, de 05/01/2006, no valor de R\$ 48.410,00 não se refere a uma nota fiscal de compra, mas a uma nota fiscal de venda, e não deveria constar na relação do CFAMT. Proceda à sua exclusão, retifica o valor da multa no exercício de 2006 para R\$ 1.920,38, 5% sobre R\$ 38.407,75.

O autuado, cientificado da reabertura do prazo de defesa, após ter recebido cópia das notas fiscais, objeto da autuação, não se manifestou. (fl. 103).

#### VOTO

Verifico da análise dos elementos constantes nos autos que, em momento algum, o sujeito passivo ficou impedido de exercer a ampla defesa e o contraditório, pois na lavratura do Auto de Infração foi devidamente cumprido o disposto no artigo 39, do RPAF/99, sendo entregues as

cópias das notas fiscais capturadas no CFAMT – Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito, com conseqüente reabertura do prazo de defesa, o que saneou a irregularidade ocorrida no PAF, não havendo prejuízo para o contribuinte.

Trata-se de auto de infração no qual está sendo aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor comercial das mercadorias entradas no estabelecimento durante os exercícios, de 2004 e de 2006, que não foram informadas na Declaração do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME), conforme previsão do art. 42, XII-A da Lei nº 7.014/96.

O autuante anexou cópia da DME emitida em 04/07/2007, relativa ao exercício de 2006, fls. 12/13, estando zerado os campos relativos às entradas e saídas de mercadorias. Mesmo procedimento foi adotado com relação à DME do exercício de 2004, fls. 07/08, onde também estão zerados os campos de entradas e de saídas de mercadorias.

Ocorre que ao prestar a informação fiscal, auditor fiscal constatou que a nota fiscal nº 005, de 05/01/2006, no valor de R\$ 48.410,00 não se refere a uma nota fiscal de compra, mas a uma nota fiscal de venda, e não deveria constar na relação do CFAMT, ao tempo em que procedeu à sua exclusão, retificando o valor da multa no exercício de 2006 para R\$ 1.920,38, 5% sobre R\$ 38.407,75, no que concordo.

O contribuinte ao se defender tenta impugnar o lançamento com base nas DMEs retificadoras de fls. 26 a 29, onde constam os valores de entradas e de saídas de mercadorias, mas como foram transmitidas em 24/08/2007, quando já estava sob ação fiscal, não há a espontaneidade necessária para ilidir o cometimento da infração. Cabe ressaltar que o contribuinte recebeu o documento de fl. 06, que demonstra sua notificação com relação à irregularidade constatada no dia 20/08/2007.

Contudo, o valor da multa deve ser retificado, no exercício de 2006, para R\$ 1.920,38, conforme informação do autuante, permanecendo o valor de R\$ 7.088,70 no exercício de 2004.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **120457.0037/07-8**, lavrado contra **MODULART INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 9.009,08**, prevista no art. 42, XII-A, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de junho de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR